

Das fotos, publicadas ontem na primeira página do *JORNAL DO BRASIL*, dão uma idéia da delicadeza e da ambigüidade do momento atual: numa delas, o presidente Sarney, em finalzinho de governo, comparece quase sozinho a uma solenidade a que o *grand-monde* burocrático se esquivou de aparecer. Na outra, a futura ministra da Economia se apresenta a um auditório na USP dez vezes maior do que o público da foto anterior, com várias mãos ao mesmo tempo pelejando para ajustar-lhe a cadeira no momento de sentar.

São duas faces da mesma moeda num país em transição de governo. A balança se desequilibra com a multidão de pessoas tentando se aproximar do governo que entra, boa parte com a esperança de divisar as frestas por onde entrar. Trata-se de uma característica republicana sem parâmetros formais. No tempo do Império, tudo estava previsto no protocolo: havia a cerimônia do *beija-mão*, com solenidade real.

Agora a corrida para a aproximação aos cargos públicos e aos detentores dos cargos públicos se tornou desenfreada. Um olhar atento demonstra que os governos e os regimes mudam, mas os circunstâncias são os mesmos. Machado de Assis, no comecinho da República, chamou-os de *engrossadores*. No tempo de Pinheiro Machado, eram conhecidos como *chaleiras*, alusão à chaleira do chimarrão obrigatório a quem queria se aproximar do poder. Hoje não passam de bajuladores (ou puxa-sacos) que se misturam àqueles que realmente trabalham, para ir juntando com paciência as migalhas dos privilégios e das verbas que pouco a pouco hão de ser extraídas.

Há governos que acabam antes do fim e outros que começam antes do início. Por isso, nesta faixa fugaz de tempo, antes que a máquina administrativa sofra novo empuxo, é necessário malhar o ferro enquanto ele está à feição. No final de governo, em meio à apatia generalizada que toma conta dos ministérios e das repartições públicas, ainda há tempo de formalizar as últimas nomeações e distribuir umas derradeiras concessões de rádios e outras concessões. Nunca é tarde para arrancar um último privilégio, como nunca é cedo

para arrancar os primeiros privilégios: basta estar atento.

Em resumo: permanece intacto o quadro de sempre (pelo menos na imaginação dos aproveitadores de sempre), com os mesmos grupos procurando proteger os cartórios montados à sombra do poder. Neste sentido, a Nova República é igualzinha à Velha: os negativos (das fotos) não mentem. O Estado que está aí, agônico como o cisne do balé de Tchaikovski, que serviu ao país pré-industrial e oligárquico, acabou em teoria; mas na prática continua funcionando como no passado, incapaz de se conformar com a própria morte.

A falta de espírito público dos homens públicos é, portanto, prata da casa. Sobreviveu aos regimes moribundos e ganha uma injeção de entusiasmo a cada troca de governantes. Não há nada tão antigo e tão familiar na história republicana brasileira do que o hábito de fazer dos cargos públicos — logo do tesouro público — um uso privativo. Lima Barreto comparou o Brasil a um grande presunto: “Roem-no de fora. Roem-no de dentro. Mas não há meio de o deglutirem completamente. O diabo da perna de porco resiste à voracidade interna e externa de uma maneira milagrosa.”

O Brasil resiste a tudo isto. A diferença é que em 1920 tinha apenas trinta milhões de habitantes. Hoje tem mais de 155 milhões: nele pululam marajás, aproveitadores, bajuladores, na maré montante da corrupção e do empreguismo. Não é por acaso que um enorme desejo de moralidade se apoderou do país no momento eleitoral, varrendo da superfície os políticos identificados com partidos ultrapassados.

Na franja do poder, enquanto se processa a transição política quase interminável, refluem poderosos sobressaltos de corporativistas dispostos a garantir ferozmente suas vantagens sem a grandeza de pensar no futuro da nação. O que eles desejam, acima de tudo, é sentar ao lado do trono do monarca, para o que der e vier, desde que possam garantir, mais uma vez, privilégios que consideram eternos. Até quando?